



EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL E O CARIMBÓ: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA

Keila Maria Ferreira Silva Lisboa¹

(*Facultad Interamericana de Ciencias Sociales Asunción – Paraguay*)

Telma Simone De Souza Santos²

(*Facultad Interamericana de Ciencias Sociales Asunción – Paraguay*)

RESUMO

O ensino etnicorracial, atacado no governo negacionista, inclusive com a extinção de secretarias que tratavam da temática, retorna ao cenário educacional nacional com o novo governo, fortalecendo as políticas de reparação social à luz da lei 10.639/03, que inseriu no currículo escolar a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e da lei 11.645/08, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, essa recondução ao cenário acadêmico da discussão de políticas públicas de reparação social, demonstra o respeito do atual governo federal às diferenças, essa escrita tem como objetivos apresentar a importância da educação etnicorracial como política educacional; descrever, através da dança do carimbó, as características das Lei 10.639/03 e 11.645/08; destacar a bandeira de luta etnicorracial na Amazônia. Para isso será usada como metodologia de pesquisa o estudo bibliográfico, essa análise favorece a observação do processo de maturação da escrita, bem como a identificação dos grupos minoritários, suas etnias, comunidades, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros, sinais que permitem a formação da consciência social e política de uma educação que inclui os diferentes em seu currículo, através de uma intervenção pedagógica democrática que aproxime os diferentes e se posicione contra as indiferenças na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Carimbó. Reparação Social. Educação Etnicorracial. Cultura. Amazônia.

ABSTRACT

Ethnic-racial education, which was attacked by the denialist government, including the elimination of secretariats that dealt with the issue, returns to the national educational scene with the new government, strengthening social reparation policies in light of law 10.639/03, which inserted the theme “Afro-Brazilian and African History and Culture” into the school curriculum, and law 11.645/08, which included the mandatory theme “Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture” in the official curriculum of the education system. This return to the academic scene of

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Especialista em Libras pela Faculdade Pan Americana e Mestra em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales Asunción – Paraguay. E-mail: keila.lisboa@escola.seduc.pa.gov.br.

² Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará e Mestra em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: telma.santos@escola.seduc.pa.gov.br.



the discussion of public policies for social reparation demonstrates the current federal government's respect for differences. This writing aims to present the importance of ethnic-racial education as an educational policy; describe, through the carimbó dance, the characteristics of Laws 10.639/03 and 11.645/08; highlight the banner of ethnic-racial struggle in the Amazon. For this, bibliographic study will be used as a research methodology, this analysis favors the observation of the writing maturation process, as well as the identification of minority groups, their ethnicities, communities, concepts, knowledge, behaviors, mentalities, practices, among others, signs that allow the formation of social and political awareness of an education that includes differences in its curriculum, through a democratic pedagogical intervention that brings differences together and takes a stand against indifference in the Brazilian Amazon.

Keywords: Carimbó. Social Reparation. Ethnic-Racial Education. Culture. Amazon.

PARA ALÉM DE UMA INTRODUÇÃO: UM ENSINO ÉTNICO-CULTURAL

O carimbó, manifestação essencialmente lúdica pela euforia e cultural pela diversidade étnica, compreende todo um complexo de práticas, socializações, esteticidades, performances e problemáticas regionais e históricas que, de acordo com Vicente Salles (1988), representa a junção do ritmo/dança a elementos étnicos, o que teria dado origem a uma manifestação singular, representada hoje pelos grupos que se espalham por várias regiões e localidades do Estado do Pará, que possui diversos grupos. O carimbó visto como síntese das folganças caboclas ou formas de fazer popular, por Vicente Salles, consolidou o caboclo como representante de uma identidade paraense, uma mistura do negro, do índio e do europeu (Salles, 1969).

Com isto, o legado africano se mantém presente através de diferentes perspectivas étnicas que se atualizam na religião, nos mitos, nos quilombos, no trato com o corpo, na sabedoria das benzedeadas, nos terreiros do candomblé, nas batucadas, congadas, lendas, vestimentas, canções, danças, carimbó. Culturas de um tempo passado que se faz presente em diversos ambientes sociais, “expressões que permeiam o mundo visível e invisível dos simbolismos brasileiros” (Santana, 2007, p. 15). Conhecimentos e expressões culturais científicas que precisam ser valorizadas, vivenciadas, experimentadas e perpetuadas, pois como afirma Cunha (2009, p. 239) “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto,



investido de novos significados”. Já para Lima:

[...] africanidades brasileiras são repertórios culturais de origem africana que fazem parte da cultura brasileira. Esses repertórios são elementos materiais e simbólicos que são dinâmica e continuamente [re]construídos e vivenciados e que veem sendo elaborados há quase cinco séculos, na medida em que os/as africanos/as escravizados/as e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, trazem como sujeitos da história os repertórios sócio-históricos de suas culturas de origem e as novas produções processadas a partir desses dispositivos de origem (Lima, 2008, p. 154).

Com a colonização de Belém do Grão Pará, o negro e o índio, solidários nas mesmas vicissitudes, nas mesmas lutas sociais, tenderiam a aproximar seus deuses dando certa unidade aos seus rituais. Esta aproximação é visível em toda a extensão desta relação interracial. Aqui há indícios de que a pajelança, a troca de culturas, costumes e tradições praticada na Amazônia, começaram a serem enriquecidas, impregnadas pelos ritos africanos a partir dos tempos coloniais, perceptível nos batuques amazônicos dos instrumentos que formam o grupo de músicos do carimbó, principalmente nas maracas e curimbós, sonoridade que solidifica e ecoa os passos espetaculares nas danças de roda, de matriz afro, para Salles

[...] não se pode considerar desprezível a contribuição cultural africana na Amazônia. Essa contribuição se manifesta nos vários aspectos do folclore regional. Todavia não se pode testemunhar a sobrevivência de um culto puramente africano, pelo menos no Pará, onde a incorporação de elementos católicos e dos chamados “encantados” indígenas gerou um batuque extremamente sincretizado, modernizado com influência do candomblé baiano e da umbanda do Rio de Janeiro (Salles, 2004, p. 18).

A preservação das raízes étnicas através da expressão do carimbó é imprescindível para um autorretrato da Amazônia e das políticas públicas em educação para as relações etnicorraciais de forma inter/transdisciplinar, uma vez que fomentam o reconhecimento e valorização de uma cultura étnica na esfera da aplicação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, nos seguimentos educacionais formais e informais, dentro de aspectos educacionais que englobam a arte-



educação como uma linguagem dinâmica e cativante e que solidifica, com práticas e representações étnicas, a historicidade afrodescendente.

Essas possíveis e potentes movimentações históricas estão ligadas às questões sociais e culturais que passam pelo viés da arte, a exemplo do carimbó, como elemento transgressivo de uma manifestação potente, que tem em seus atravessamentos, uma forma de contribuir para com a construção de uma didática que ofereça aos educandos metodologias diferenciadas que os liberte de parâmetros curriculares, bancários, obsoletos, retrógrados e ineficientes e que tanto desqualificam outras linguagens educacionais contemporâneas, que estão presente em nossas manifestações culturais, são lendas, mitos, sonoridade, ritmos, e que muito contribuem para com a linguagem artística, como ocorre com o ensino das artes, cujo alcance educacional desobedece as estruturas arraigadas, subvertendo, pela malemolência performática da dança do carimbó, processos educacionais colonizadores e escravocratas.

Nessa perspectiva de respeito às diferenças, esse estudo faz uma discussão em torno da educação etnicorracial que se expressa no carimbó, uma nação cuja etnia é formada pela junção de três raças: a indígena, a branca e a negra. É nesse ambiente pluricultural, multiétnico, onde os colonizadores se relacionaram com as mulheres ameríndias em larga escala³ e, inclusive, com as bênçãos da metrópole, que ingressará esse estudo, uma historicidade que deixou sangue, suor e grilhões, marcas da escravidão no *pelourinho amazônico*.

Para que a pesquisa bibliográfica seja realizada com sucesso, alguns passos podem ser seguidos com o objetivo de facilitar a dinâmica da pesquisa como delimitação do tema; levantamento e fichamento das citações relevantes (pesquisas na internet para localização do material bibliográfico); aprofundamento e expansão da busca; relação das fontes: primárias, secundárias e terciárias; localização das fontes; leitura e sumário e escrita do trabalho. Antes de iniciar o trabalho de uma pesquisa bibliográfica, Volpato (2000) recomenda que

³ O alvará de 4 de abril de 1755, declara que os colonizadores de qualquer sexo que se casassem com índios brasileiro não perderiam seu o status social, mas aumentariam suas possibilidades de ganho, além de proibir o emprego do termo "Caboucolos" a seus filhos mestiços.



se tenha claro e definido o tema da pesquisa. Nesta fase, o pesquisador deve formular um título para o seu levantamento bibliográfico e identificar os termos que expressem o seu conteúdo.

Definido o tema da pesquisa, o próximo passo é partir em busca do material bibliográfico que pode ser encontrado em três tipos diferentes de fontes informacionais: primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias contêm os trabalhos originais com conhecimento original e publicado pela primeira vez pelos autores. São as teses universitárias, livros, relatórios técnicos, artigos em revistas científicas, anais de congressos. Já as secundárias são trabalhos não originais que citam, revisam e interpretam trabalhos originais, artigos de revisão bibliográfica, tratados, enciclopédias e os artigos de divulgação. As fontes terciárias contêm índices de trabalhos primários e secundários, com ou sem resumo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Em busca realizada na Scielo, pelo termo “pesquisa bibliográfica” no título, foram obtidos 10 resultados. Já na busca realizada na Spell, com o termo “bibliográfica”, que engloba as expressões “análise bibliográfica” e “pesquisa bibliográfica”, foram encontrados 40 resultados, e com o termo “bibliográfico”, que engloba expressões como “levantamento bibliográfico”, “estudo bibliográfico”, “portfólio bibliográfico”, recuperou 16 resultados. Para Martins e Theóphilo (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica é uma:

[...] estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.



Para Michel (2015), a pesquisa bibliográfica pode ser uma pesquisa em si ou apenas uma fase de uma pesquisa descritiva ou experimental, no que concorda com Martins e Theóphilo (2016). A autora, no entanto, acresce que a pesquisa bibliográfica se constitui no embasamento necessário e básico para a realização de estudos monográficos, ressaltando que o levantamento bibliográfico é a essência do estudo exploratório, devendo ser acompanhado de anotações, registros, notas de aulas, além de apontamentos que se relacionem com o tema de interesse, de forma a constituir-se numa memória importante para o registro e a redação do trabalho.

A autora expõe, ainda, que a pesquisa bibliográfica em si dispensa a elaboração de hipóteses, mas destaca que ela pode ser orientada pela hipótese de pesquisa experimental.

Por sua vez, Gil (2017) concorda com Martins e Theóphilo (2016) ao argumentar que a pesquisa bibliográfica constitui uma etapa preliminar de praticamente toda a pesquisa acadêmica, e acrescenta que quase toda tese ou dissertação desenvolvida, atualmente, contém um capítulo ou seção dedicado à revisão bibliográfica, com o duplo propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como identificar o estágio atual do conhecimento de determinado tema.

O mesmo autor alerta que a pesquisa bibliográfica apresenta como vantagem o fato de que o pesquisador pode ter acesso a uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que ele poderia pesquisar diretamente, alertando, todavia, que os dados consultados podem conter erros, e que a pesquisa bibliográfica pode reproduzir ou mesmo ampliar esses erros se não houver um processo cuidadoso de verificação das fontes, na busca de incoerências e contradições.

Em algumas áreas do conhecimento, a maioria das pesquisas baseia-se, mormente, em fontes bibliográficas, assim como há pesquisas que refletem sobre o pensamento de determinado autor ou dos diversos pontos de vista a respeito de um assunto específico (Gil, 2017). Também, são feitos fichamentos



e anotações, que auxiliarão na redação final da pesquisa. Para Andrade (2010), as anotações devem ser feitas somente após a compreensão e apreensão das ideias contidas no texto, e compreendem resumos, análises, transcrições de trechos, interpretações, esquemas, ideias fundamentais expostas pelos autores, tipos de raciocínio, frases que concorrem para a redação da introdução ou da conclusão, palavras-chave ou mesmo, simplesmente, trechos grifados.

Essa metodologia consiste em um levantamento de referências sobre o assunto-objeto de pesquisa, devendo-se atentar para a cobertura, a qualidade e a relevância das referências. A cobertura deve ser ampla, contemplando trabalhos recentes e antigos, nacionais e internacionais. A qualidade diz respeito às fontes consultadas, de modo que artigos de periódicos devem prevalecer sobre artigos de anais de eventos; que teses prevaleçam sobre dissertações e monografias de graduação ou especialização; e que livros técnicos prevaleçam sobre os didáticos, embora essas orientações possam ser flexibilizadas em função dos temas estudados.

A relevância deriva da necessidade de não se deixar de fora nenhuma referência relevante, tampouco incluir referências que não o sejam. De posse desse conjunto inicial de referências, deve-se proceder a uma pré-leitura, que eliminará obras que não condizem com o objetivo do estudo. As obras restantes passarão pela fase de leitura seletiva, que eliminará as referências que não contenham informação útil para a pesquisa. Por fim, procede-se a leitura crítica, feita em profundidade, para separar aquilo que é indispensável daquilo que é complementar ou desnecessário.

As pesquisas bibliográficas assumem dois formatos principais: capítulo ou artigo completo. Quando a pesquisa bibliográfica é realizada com o propósito de fundamentar uma pesquisa empírica, normalmente, ela é apresentada como um capítulo chamado “revisão de literatura”, “fundamentação teórica” ou “referencial teórico”. Quando a pesquisa bibliográfica é realizada com o propósito em si mesma, ela assume o formato de um artigo empírico, sendo



composta, geralmente, por seções de introdução, que pode ou não conter hipóteses, revisão de literatura, metodologia, resultados e conclusões.

A pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico decisivo porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. O estudo bibliográfico instiga os estudantes, professores e pesquisadores à reflexão, uma vez que utilizam a pesquisa bibliográfica como método investigativo para o desenvolvimento de seus objetos de estudo e problematização das suas hipóteses.

O CARIMBÓ COMO EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL

Expressão cultural de maior abrangência no Estado do Pará, o carimbó está presente de forma particular e simbólica nos modos de tocar, cantar, dançar, fazer, vestir e compor. Suas características praieiras, pastoris, rurais e urbanas, ao expressar elementos fundamentais do modo de vida tradicional do povo, como sua relação com a natureza, revela elementos étnicos essenciais em sua composição histórica, que são parte de outros achados empíricos e científicos além de uma identidade cultural específica entre os produtores dessa manifestação puramente ancestral.

Esteticamente tido como festa de preto e que por isso acontecia apenas nos bairros periféricos, o carimbó sofria coação das autoridades. Quanto ao seu sincretismo étnico, em vários aspectos do ritmo, Salles e Salles (1969, p. 260-262), apresentam fragmentos bibliográficos do carimbó, referido como “samba de roda do Marajó”, “baião típico de Marajó”, ou “dança popular muito divulgada na ilha de Marajó”.

Sabe-se que a música e a dança de carimbó representavam a relação com o trabalho e a desigualdade social, o nome deriva de instrumento



de percussão indígena, principal artefato para a realização dos encontros em terreiros, o curimbó, é um marco simbólico desta manifestação popular, caracterizada por sua função comunicacional e vinculativa em torno dos rituais religiosos, festas populares e reuniões sociais (Salles; Salles, 1969, p. 267-276).

A historicidade da vinda em massa de negros escravos para o Pará tem ligação com a ascensão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Governador da província, em 1751. Irmão de Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ele chega ao Norte brasileiro com a responsabilidade de fazer inúmeras mudanças. Dentre elas, o deslocamento da capital da Província de São Luiz para Belém. Outras duas dessas modificações tem um impacto imediato e profundo na economia local: a libertação dos índios escravizados e a eliminação do poder material dos jesuítas. É neste ambiente de índios libertos e de escassa mão-de-obra local que a compra de escravos e a chegada de trabalhadores de outros países e da região do Nordeste do Brasil se intensifica na Amazônia. Essa nova força de trabalho vem para atuar em diversas atividades econômicas, prioritariamente, nas lavouras e na extração do látex nos seringais, o que auxiliou na construção do escopo cultural da Amazônia. Para a Revista Amazônia Viva (2014, p. 38-45):

se considerarmos determinado período, a população negra era maior do que a população branca em cidades como Belém. O que derruba a ideia de que não houve o uso intensivo de escravos na Amazônia. Essa presença é marcante em diversos aspectos, como nosso tipo físico, nosso linguajar, nossas comidas, danças, músicas e na arquitetura.

Em Belém e no interior do Estado a cultura popular tem grandes representantes do carimbó, entre eles Verequete e Lucindo, mestres ancestrais que fizeram do universo étnico, presente em suas composições carimbozeiras, ora dançadas ora tocadas, ora pintadas ora vestidas, símbolos da resistência popular na Amazônia! Sinais de luta pela sobrevivência e preservação identitária! Fato histórico que, atravessando a ancestralidade nortista, mantém viva e atual a chama do desejo por liberdade, dignidade e reparação racial. As heranças



étnicas mais nítidas aparecem em muitas festas e folguedos tradicionais na Amazônia. Na obra intitulada “O Negro na Formação da Sociedade Paraense”, Vicente Salles apresenta sua contribuição para a formação das correntes de luta contra a segregação racial, elementos históricos e científicos capazes de mostrar a grandiosidade magnífica da cultura negra miscigenada paraoara, e que abre um leque de possibilidades de pesquisa. Para Salles:

[...] o boi-bumbá amazônico é indiscutivelmente um patrimônio cultural do negro e foi elaborado tal como o bumba-meu-boi, no tempo da escravidão. Nele podem-se identificar remotas origens ibéricas (touradas, autos e/ou farsas medievais), algo talvez do totemismo egípcio e hindu, possivelmente uma reprodução burlesca do dragão chinês, de origem mais remota e obscura ainda, mas é indiscutivelmente criação do negro e primitivamente foi um protesto contra a escravidão: farsa popular antiescravista. Da mesma forma, vindos dos tempos da escravidão: o carimbó, a marujada e o retumbão, o lundum e o samba, o banguê e o siriá, o marambiré e o marabaixo, e tantos outros folguedos típicos e tradicionais na Amazônia. (Salles, 2004, p. 32).

Nas últimas décadas, tem-se ampliado os debates sobre identidades e suas dinâmicas, discussões mediadas pelas novas formas culturais vividas entre o global e o local. Nesse contexto de debates sobre identidades, de modo especial, sobre identidades etnicorraciais, inserem-se as discussões sobre africanidades, legado africano, sempre na perspectiva da historicidade negra. Nesse sentido, a herança africana encontra-se nas “expressões presentes no vestir e comer, nas palavras cotidianas, nos funerais, nas irmandades, nas folhas sagradas” (Santana, 2007, p. 14).

Ancestralidades práticas do legado africano que se mantêm presentes através de diferentes perspectivas que se atualizam na religião, nos mitos, nos gestos, nas relações com o meio ambiente, em formas de cuidado, em novas [RE]configurações dos quilombos, no trato com o corpo, na sabedoria das benzedeadas, nos terreiros de candomblés, nas batucadas, congadas.

São culturas de um tempo presente, que rememoram um passado de luta étnica assombrada pelo preconceito que se perpetua na sociedade, mas uma resistência que está mais viva do que nunca, no currículo da escola básica, nas



leis, nos cadernos, nas práticas pedagógicas, nas ruas, nos bairros, nas roças, em diversas simbologias que precisam ser reconhecidas, fortalecidas, incorporadas ao currículo para assim serem vivenciadas, experimentadas (...), pois como bem afirma Cunha (2009, p. 239) “a cultura não é algo dado, posto, dilapidável, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados”. Já para Lima (2008, p. 154):

[...] africanidades brasileiras são repertórios culturais de origem africana que fazem parte da cultura brasileira. Esses repertórios são elementos materiais e simbólicos que são dinâmica e continuamente [re]construídos e vivenciados e que vêm sendo elaborados há quase cinco séculos, na medida em que os/as africanos/as escravizados/as e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, trazem como sujeitos da história os repertórios sócios históricos de suas culturas de origem e as novas produções processadas a partir desses dispositivos de origem.

Assim, o carimbó foi sendo modificando ao longo dos anos a partir da dinâmica própria de cada contemporaneidade vivenciada pela cultura expressa nas subjetividades presente no ritmo, apresentando-se como fonte inesgotável de informação e aprendizado. Hoje, esse patrimônio cultural, tema de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, segue integrado a projetos culturais e sociais, ora ensejando produção, enriquecendo o currículo ora difundindo informações para historiadores, antropólogos, músicos, educadores, pesquisadores (...).

A CULTURA E SUA SOCIALIZAÇÃO ETNICORRACIAL

A cultura é uma forma de manifestação cultural intrinsecamente relacionada ao anônimo, ao coletivo, ao espontâneo, à tradição e à oralidade. Câmara Cascudo assegura ser a cultura, em grande parte, fruto da aculturação e da difusão cultural, já que nenhuma poderia ser considerada imune à mistura. Para o autor, “não existe civilização original e isenta de interdependência” (Cascudo, 1983, p. 429). De modo geral, pode-se dizer que a cultura popular é:



o conjunto de conhecimentos e práticas vivenciadas pelo povo, embora possam ser vividos e instrumentalizados pelas elites. Pense-se no candomblé, no carnaval, na feijoada, nos usos folclóricos, no jogo do bicho e na capoeira. [...] Cultura popular simplesmente [é] o que é espontâneo, livre de cânones e de leis, tais como danças, crenças, ditos tradicionais. [...] tudo que acontece no país por tradição e que merece ser mantido e preservado imutável. [...] tudo que é saber do povo, de produção anônima ou coletiva. (Vannucchi, 1999, p. 98).

É nesta relação do sujeito com a cultura que se estabelece a busca pelo conhecimento. Em termos mais específicos, é nesta relação que se dá a pesquisa, a busca pela socialização do saber popular através do carimbó. Esse saber possibilita representar a realidade de maneira que o sujeito possa se situar e agir no mundo, apropriando-se, entre outras ferramentas educacionais, do currículo e da diferença étnica, impregnando essas realidades de ancestralidade e empoderamento. Ao longo da história o carimbó foi sendo reformulado em sua essência pelos diferentes atores sociais, trata-se de comunidades, quilombos, artistas, produtores e pesquisadores. As elaborações sobre o que é o Carimbó? O que ele simboliza? Quem ele representa? Qual sua característica étnica? Estereotipou o modo de ver e manifestar a cultura de raiz.

Esse crescente fortalecimento e socialização do saber popular através de práxis comunitárias, quilombola ou até mesmo de projetos de incentivo das associações, mestres e mestras da cultura popular, são trabalhos permanentes e árduos de todos os segmentos que compõem a comunidade primitiva, tradicional, ancestral, que visam a preservação dos marcos e manifestações culturais e, principalmente, o fortalecimento da autoestima das sociedades pelo reconhecimento e aceitação de seus saberes. Esse auto despertar motivador tem como temática toda a produção cultural de uma comunidade ou grupo social e objetiva a promoção de uma mudança de percepção da realidade cotidiana, pelo bem da educação, valorizando cada detalhe e elemento dos produtos curriculares, étnicos, culturais, artísticos, educacionais.

A cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e identidade, tem o poder de unir as pessoas em torno de uma noção comum de



compartilhamento identitário, noção básica para o senso de um exercício democrático de cidadania e inclusão. O patrimônio social materializa e torna visível esse sentimento evocado pela cultura e pela ancestralidade e, assim, permite a construção das identidades coletivas, fortalecendo os elos das origens comuns, passo decisivo para a continuidade e a sobrevivência social dos grupos étnicos, uma vez que imprime aqui, uma espécie de política de reparação social em ambiente escolar e fora dele, em um processo de exercício democrático permanente e itinerante.

A preservação dos marcos e elementos imateriais dessa herança do passado fortalece o senso comum. Ser parte de algo maior, com raízes profundas, une a sociedade na luta pela continuidade de sua comunidade, a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais e sociais. Não se pode pensar em proteção desses bens senão no interesse da própria comunidade, à qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania. Falar da gênese histórica do carimbó no Pará só é possível se recorreremos às diversas versões representadas pelos sujeitos que dançam, cantam, tocam, interpretam e constroem tamanho aporte cultural.

São esses personagens que se debruçam sobre o passado construindo relatos contemporâneos a partir da seleção de dados de referência para perpetuar a manifestação, rompendo com bastante performance, dança, sons, ritmos, figurinos... uma espécie de apartheid cultural em plena Amazônia. Esse processo de autoeducação e sensibilização visa eliminar a visão difusa da cultura, despertando sentimentos e conhecimentos adormecidos que fortalecerão o senso de pertencimento, combaterão o preconceito, discriminação e auxiliará na compreensão dos atores sociais como elementos de um grupo, sociedade, comunidade e lugar, usando, para esse fim, o seu acervo cultural, objetivando a sensibilização da sociedade para uma mudança de atitude: de espectadores da proteção do patrimônio cultural para atores desse processo.

Pela socialização dos saberes a comunidade adquire a compreensão, apreciação, apreensão e, conseqüentemente, a proteção patrimonial e uma



educação básica de qualidade em um currículo humanizado e agregador das diferenças étnicas.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPARAÇÃO SOCIAL

As leis 10.639/03 e 11.645/08, propõem novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ao oferecer aos professores a possibilidade de ressaltar em sala de aula uma educação étnica como constituinte e formadora da sociedade brasileira, enaltecendo, portanto, o pensamento, as ideias, a produção artística cultural como música, culinária, dança, religiões de matrizes africanas, tradições, mas como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podem recorrer às pinturas, fotografias, produções cinematográficas ou artísticas como composições, ritmos, danças.

O ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, após a aprovação dessas leis, fez-se necessário para garantir, além da reparação social, uma ressignificação e valorização das matrizes étnicas que formam a diversidade cultural brasileira. No Brasil, são incontáveis os estudos que afirmam a presença de elementos culturais recriados em nosso contexto histórico, social e cultural, que tornaram a arte- educação uma possibilidade didática capaz de ensinar ao se fazer uso de mecanismos educacionais diferenciados e até então ausentes ou tímidos no currículo da escola básica, de forma que a educação étnica não desapareça mais permaneça, ao longo da história, de pé, presente e atuante na luta por representatividade, equidade, igualdade, justiça...acabando com o branqueamento ou morenidade de raça, um currículo branco, hétero e cristão que se nega a conceder sua cidadania.

As consequências do ideário da miscigenação e da democracia racial, no relacionamento entre negros, brancos implica no seguinte: se o negro, pela miscigenação deveria deixar de existir, diluindo-se na morenidade, não há porque considerá-lo como cidadão que, rebelado contra o racismo, reivindica a igualdade; o negro deverá desaparecer/diluir-se



na futura metarraça e, desde já, o negro ou o afrodescendente pode ser tratado como invisível (Fonseca, 2006, p. 145).

A educação básica deve permitir aos alunos e professores a transversalidade do ensino etnicorracial, não só questionando a invisibilidade, mas propondo políticas e práticas educacionais capazes de projetar um “novo indivíduo negro, cuja presença e preocupação presente busquem ressignificar a história brasileira e, dentro dela, o negro que traça um outro rumo: eis o negro na história, nossa história” (Fonseca, 2006, p. 146). Essa história, impregnada pela cultura, pela arte-educação, pelo carimbó, representa uma fonte de inspiração inesgotável de possibilidades outras de ensino, de intervenção pedagógica, de fomento por uma cultura de paz, já que a arte sensibiliza e liberta do negacionismo que permeia a triste história da escravidão no Brasil, sempre auxiliando a concretização do objetivo proposto na Lei 10.639/2003, como consta no artigo 26-A §1º,

o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003).

Pode-se dizer que, no currículo tradicional, se evidenciam esforços tanto por consolidar as situações de opressão e discriminação, a que certos grupos sociais têm sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam. Isso se torna claro ao lembrar os inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certos grupos sociais, de gênero e étnico. Isso mostra que, como processo, a construção da identidade não é estática, antes se modifica em função da convivência entre os sujeitos, a partir das relações sociais, culturais uma vez que, “a cultura no interior de uma realidade humana é sempre dinâmica, não fechada ou cristalizada como um patrimônio de raízes fixas e permanentes” (Gusmão, 2003, p. 91).



É nesse contexto histórico, político, social e cultural que os negros e as negras brasileiros constroem suas identidades e, dentre elas, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, pois se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social (Gomes, 2007, p. 98).

Neste sentido, faz-se necessário ressoar o som do tambor da luta pela preservação dos valores culturais e sociais decorrentes da influência étnica na formação da sociedade brasileira, potencializando a participação da população afrodescendente no processo de desenvolvimento cultural, social, político e econômico da sociedade. Essas relações entre os indivíduos constituem-se em algo produzido por eles mesmos, pois na roda, na festa, na representatividade do carimbó acontece uma espécie de reencarnação da vida, um jogo espontâneo de faz de conta, que extrapola o imaginário, como se a memória do grupo fosse um acervo vivo de experiências a serem reinventadas e transmitidas a cada momento para serem revividas, identificadas e agregadas aos costumes, tradições e vivências, em um emaranhado de subjetivações étnicas capazes de imprimir, em quem dela se utiliza, identidades outras que as fortalecem, tornando o processo educacional mais humanizado e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança do carimbó desponta nesse artigo como um dispositivo de poder-liberdade que não condiciona, mas oferece possibilidades outras de transgressão dos limites educacionais tradicionais, um movimento de [DES]construção frenético que aguça o interesse pelo diferente frente às identidades manifestadas em uma educação etnicorracial em plena Amazônia, para além dos muros do discurso de ódio e intimidação. Esse aprendizado cultural, que desobedece, contraria o discurso preconceituoso e enche de entusiasmo quem defende “uma política pós-identitária para a educação” (Louro, 2008, p. 9).



Esse exercício pedagógico, artístico e ancestral, voltado para a arte-educação precisa “contar outras histórias, incorporar outros saberes, outras narrativas, produzir outros significados e estabelecer outros problemas” (Paraíso, 2010, p. 12). Essa ancestralidade, essas manifestações culturais e coletivas, carregadas de significados múltiplos e profundamente arraigada em costumes e mitos, incorporam a identidade da Amazônia, uma poética, carregada de protestos e protagonismos históricos, que traz à tona um currículo poliétnico e multicultural impregnado por subjetivas revoltas, trata-se de uma aprendizagem que exalta conquistas históricas, elementos que fortalecem constantemente o desejo por justiça e reparação social.

Esse aspecto educacional engloba a arte-educação como uma linguagem dinâmica e cativante e solidifica, no imaginário de alunos e alunas, práticas e representações culturais, por mais que no “relacionamento com o social, tanto a identidade quanto a diferença estão sujeitas à relação de poder e isso produza uma convivência conflitante com o diferente” (Galúcio, 2019, p. 69), “cultura viva, em evolução, integrada e formadora de identidade” (Loureiro, 2001, p. 27), já que “escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história” (Louro, 2008, p. 28). Trata-se de uma resistência ancestral marcada pela malemolência étnica, que jamais deixará de acreditar em sua liberdade onde, permanecendo ligada à sua ancestralidade, resistiu, resiste e resistirá sempre.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

CASCUDO, L. C. **Civilização e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.



CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GALÚCIO, Mateus dos Santos. Movimentações de um currículo que dança: corpo, gênero e performatividade na educação. Dissertação de mestrado. **Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica - NEB**. Programa de pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB. Universidade Federal do Pará. Belém/PA. 189p. 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade etnicorracial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

LIMA, Maria Batista. Identidades e africanidades: uma perspectiva para a educação. In: GOMES, Carlos Magno; ENNES, Marcelo Alario (Org.). **Identidades: teoria e prática**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário**. Obras reunidas: poesia I. São Paulo. Escrituras Editora, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** - Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1ª Ed. 1ª reimp. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2008.



MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

O Carimbó é de todos. Revista Amazônia Viva. Belém-PA, n. 39. p. 38-45, nov. 2014. O Liberal; Cia Vale (Org).

PARAISO, Marlucy (Org.). **Pesquisas sobre Currículo e Culturas: temas, embates, problemas e possibilidades**. 1ª ed. Curitiba: Ed. CRV, 2010.

SALLES, Vicente e SALLES, Marena Isdebski. **Carimbó: trabalho e lazer do caboclo**. Revista Brasileira de Folclore, n. 9. Rio de Janeiro, set./dez. 1969.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**. 2ª ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 1988.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Pakatatu, 2004.

SANTANA, Marise de. O legado ancestral africano na diáspora e o trabalho docente. In: AMARALY JR, Aécio; BURITY, Joanildo de (Org). **Inclusão social, identidade e diferença: perspectiva pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2007.

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.



VOLPATO, E. S. N. **Pesquisa bibliográfica em ciências biomédicas.** J. Pneumol., São Paulo, v. 26, n. 2, p. 77-80, mar./abr. 2000.